



O LIBELO – Quinzenário clandestino de **oposição à Ditadura Militar**, editado em **oito números**, sendo que a coleção da Hemeroteca Municipal de Lisboa apenas detém o número inicial. Apresenta-se sob o lema “Pela República! Pela Liberdade!”. Foi publicado de **31 de outubro de 1926 a 23 agosto de 1927**, com a dimensão de 26 x 18,5 cm, em 8 páginas (n.º 1), com variações nos números seguintes: 8 (n.º 2), 7 (n.ºs 3 a 5), 4 (n.º 6) e 8 (n.º 7). Até à data, desconhece-se o último número. No seu corpo diretivo e redatorial, surgem pseudónimos, como: “Doutor X”, o diretor, e “Libert Bell”, o redator. O dicionário de pseudónimos¹ atribui “Doutor X” a **Octávio José dos Santos (1898-1992)**, poeta e cientista madeirense. Sabe-se que se formou em diferentes universidades estrangeiras e que também na Madeira fez documentos de apelo à revolta popular, sob o pseudónimo Octávio de Marialva.

Tal como o nome indica, trata-se de uma publicação de formato pequeno e difamatória contra, neste caso, a ditadura instaurada, a 28 de maio de 1926, em Portugal. Contra os responsáveis desta, *O Libelo* apela à insurreição do povo português, “contra os despostas que esfarraparam todas as garantias de liberdade pública e individual!” – “Ladrões! Canalhas! Traidores!” são adjetivos implacavelmente dirigidos, embora não se pudesse “assumir aberta e publicamente a responsabilidade” do que se escreveria neste “justiceiro *Libelo*”.

A estes anónimos contestatários movia a esperança de a liberdade renascer “mais forte do que nunca”. Acusam os jesuítas de se encarregarem de ter escrito a Circular (transcrita) que impõe o serviço de Censura, considerada como “o mais vil instrumento da mais ignominiosa opressão a que êste país tem estado submetido.” Eis a razão da aparição de *O Libelo*, concluem.

Depois do contexto que fazem para justificar a sua existência, surge neste primeiro número uma coluna dirigida ao “Povo! À sacristia!”. Lamentam a apatia da população durante a I República e até ao momento em que escrevem as palavras de desordem, incentivando agora a luta contra a Ditadura.

Lançam farpas a “uma folha de couve, intitulada **Portugal**, que é o órgão da charanga ditatorial”, questionando o anúncio da moralidade desta “gazeta”.

A compressão de despesas públicas face ao aumento dos vencimentos e gratificações de altos responsáveis da hierarquia do Estado é posta a nu. Mesmo sabendo que o ministro da Justiça defendera que “um funcionário superior pode viver com dois contos *de réis*”, os contestatários apresentam

¹ Andrade, Adriano da Guerra, *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1999. Octávio de Marialva é a forma autorizada para Octávio José dos Santos, que inclusivamente fez alteração do nome de batismo no bilhete de identidade.

provas de valores mais altos para funcionários superiores de alguns ministérios.

Aliás, numa outra página, o título é elucidativo (repetido no número seguinte): “O País está a saque!”. A venda da nação “em retalhos, como no Grandella, às quintas-feiras e às escuras e em silêncio”, é denunciada com exemplos, como a possível venda de parte de Angola à Bélgica, tema afluído na Conferência Luso-Belga.

Um conjunto de denúncias é feito nestas páginas do número inicial, que, no termo, já anunciam o tema central do número seguinte de *O Libelo*, dedicado ao Exército, seguindo-se, por exemplo: “À Revolta! Proletários! (n.º 3) e “Marinheiros de Portugal” (n.º 4). A partir do n.º 3, surge em cabeçalho como “o jornal clandestino de maior circulação”, para a partir do n.º 5 já constar como “o jornal clandestino mais antigo e de maior circulação”. O n.º 6 apenas teve quatro páginas “pela necessidade de o fazer circular urgentemente”. E o tom tenaz das palavras acentua-se! No último número conhecido, cuja saída é mais demorada provavelmente pelas revoltas entretanto iniciadas em fevereiro de 1927, é de salientar o artigo de abertura sobre a designada “Semana Heroica”, a primeira e mais importante dessas revoltas ao longo dos quatro anos e meio, que mediaram entre 3 de fevereiro de 1927 e 27 de agosto de 1931, contra a Ditadura. Essa primeira rebelião foi organizada de norte a sul do País – no Porto, os revoltosos resistiram enquanto puderam e, em Lisboa, houve movimentações de trabalhadores, greves e agitação e movimentos de solidariedade com os democratas portuenses.

A finalizar este último número analisado, faz-se uma crítica feroz ao empréstimo previsto pela Ditadura – a designada “Ditadura Militar” –, para alienar as receitas de tabacos e fazer “concessões ruinosas” com Espanha. A publicação elogia a **Liga de Defesa da República** – organização que surge pela iniciativa de vários resistentes no exílio, para organizar de forma supra partidária um combate unitário contra a Ditadura –, por ter impedido esse acordo, referindo, a propósito, alguns dos nomes que a constituíam – **Afonso Costa, Álvaro de Castro, José Domingos dos Santos e Jaime Cortesão**.

Por Jorge Mangorrinha

Lisboa, HML, 14 de Maio de 2013.

REFERÊNCIAS:

FONTES

O Libelo, n.º 1, 31 de outubro de 1926 [HML]

O Libelo, n.ºs 1 a 6, 31 de outubro de 1926 a 18 de janeiro de 1927 [Casa Comum/Fundação Mário Soares]

O Libelo, n.ºs 5 a 7, 25 de dezembro de 1926 a 14 de julho de 1927 [Arquivo Nacional Torre do Tombo]

BIBLIOGRAFIA

Andrade, Adriano da Guerra, *Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Escritores Portugueses*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1999